

A POLÍTICA DE REGISTRO DAS CONGADAS EM MINAS GERAIS:

MOBILIZAÇÃO, DIÁLOGOS E DESCONTINUIDADES
EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG.

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL

Mestre em Antropologia Social pelo Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN). Especialista em Patrimônio Cultural pelo PEP-IPHAN e professor de sociologia e antropologia. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-MG. E-mail: francimariovitos@gmail.com; francimariovsantos@outlook.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p242-266>

A POLÍTICA DE REGISTRO DAS CONGADAS EM MINAS GERAIS: MOBILIZAÇÃO, DIÁLOGOS E DESCONTINUIDADES EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do processo de Pedido de Registro das Congadas de Minas, conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Trata-se de uma manifestação cultural afro-brasileira cujas origens remontam o período da escravidão. Há registro de rituais festivos em louvor a Virgem do Rosário e outros santos do imaginário católico como São Benedito e Santa Efigênia, em todas as regiões do estado. As festividades recebem denominações diferentes em cada localidade. Em Santo Antônio do Monte, no centro-oeste mineiro, comumente se usa o termo *Reinado* para referir-se a tais festividades; na região do triângulo mineiro é mais usual o termo *Catupé*, já em outras *Congadas* ou *Congados*. As pesquisas em curso visam construir uma produção de conhecimento diversa e abrangente acerca da prática cultural e levantar dados através de metodologia específica denominada de INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. Paralelamente são utilizados dados etnográfico e histórico capazes de embasar o Pedido de Registro, e possivelmente a inclusão da referida referência cultural na lista de bens culturais do instituto. O estudo analisa alguns dados etnográficos e históricos obtidos a partir de observações participantes realizadas entre os anos de 2014 e 2015, durante as visitas das equipes de pesquisas do Iphan em Santo Antônio do Monte. Em linhas gerais, reflete sobre algumas considerações acerca da condução do processo de mobilização da base social, diálogos institucionais entre estado e congadeiros e possíveis descontinuidades da política.

PALAVRAS-CHAVE

Congadas. Registro de bens culturais. Política cultural. Patrimônio imaterial.

THE REGISTRATION POLICY FOR THE CONGADAS IN MINAS GERAIS: MOBILIZATION, DIALOGUES AND DISCONTINUITIES AT SANTO ANTÔNIO DO MONTE.

FRANCIMÁRIO VITO DOS SANTOS

ABSTRACT

This article debates the registration process for the Congadas in Minas Gerais carried out by the Institute of National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan). The Congadas are a manifestation of the African-Brazilian culture with origins dating back to the period of slavery, there are records of festive rituals to praise Our Lady of the Rosary and other catholic saints, such as Saint Benedict and Saint Ephigenia in all regions of the state. The festivities receive different denominations in each location, Santo Antônio do Monte, located in the central-west region of Minas Gerais, uses the terms *reinado*, while *catupé* is generally adopted at the region of the Triângulo Mineiro and other use *congadas* or *congados*. The researches in progress aim to create a diverse and wide-ranging knowledge about the cultural practice and to collect data through a specific methodology called INRC – National Inventory of Cultural References. In parallel, ethnographic and historic data are used to support the Registration Request, and to possibly include the referred cultural reference in the list of the institute's of cultural properties. The study analyses some ethnographic and historical data obtained by observing participants and collected during the 2014 and 2015 visits of Iphan's technicians to Santo Antônio do Monte. The article reflects on considerations about how the process of mobilizing the social base takes place, the institutional dialogues between state and *congadeiros*, and the possible discontinuities of the policy.

KEYWORDS

Congadas. Registration of cultural properties. Cultural Policies. Immaterial heritage.

1 INTRODUÇÃO

Apresento aqui, de modo pragmático e resumido, um conjunto de reflexões em torno da política de preservação do patrimônio imaterial, com ênfase no processo de pedido de registro das Congadas de Minas, conduzido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os dados empíricos que embasam as discussões são resultados de pesquisas etnográficas que realizei, em diferentes momentos, durante a festa de reinado de Nossa Senhora do Rosário em Santo Antônio do Monte, e nas reuniões organizadas pelos técnicos do Instituto, que contaram com a participação dos congadeiros/detentores, agentes do poder executivo municipal e a comunidade.

A metodologia consiste basicamente de um estudo etnográfico realizado durante os festejos de reinado nas cidades mineiras de Santo Antônio do Monte e Araújos, no período de 2014 a 2015. Procurei realizar observações participantes e registros de imagens nos vários momentos que compõem a festa, além de estabelecer diálogos como devotos, congadeiros, presidente da irmandade e alguns participantes que encontrava na rua. O uso da caderneta de campo foi fundamental para que os dados empíricos fossem, posteriormente, cruzados com a literatura acerca do tema. Em outros momentos também acompanhei de perto a construção de diálogos entre os técnicos do Iphan e os congadeiros, na sede da irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Diante do exposto, reflito sobre a construção da política de patrimonialização específica para os festejos em homenagem a Virgem do Rosário, tendo como ponto de partida o acompanhamento sistemático da construção de diálogos entre os técnicos do Iphan e os congadeiros, que tem como foco a construção conjunta de ações de salvaguarda que representem os anseios expressos pelos detentores da prática. É de igual interesse refletir sobre a condução do processo de mobilização da base social, sobretudo como os atores envolvidos absorvem determinados conceitos institucionais da política de preservação da cultura imaterial, e deles se apropriam. Acrescento ainda, mesmo que de forma preliminar, algumas reflexões sobre a descontinuidade do processo, resultado do desmonte institucional provocado no Ministério da Cultura, com base na política de preservação da cultura imaterial do governo federal.

O primeiro contato foi em 2011, com os grupos de congadas e o reinado de Nossa Senhora do Rosário de Santo Antônio do Monte, cujas homenagens também são extensivas a Santa Efigênia e a São Benedito. Na ocasião, meu olhar sobre os festejos era de um expectador admirado com a sonoridade das caixas e pandeiros, o bailado ritmado dos congadeiros, o colorido das indumentárias e outros rituais performáticos e devocionais que compunham as festividades. É bem verdade que tal manifestação cultural não era, para mim, de total desconhecimento. Durante a infância, quando passava as férias de final de ano na cidade de Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, costumava presenciar as performances realizadas por grupos de negros denominados Negros do Rosário, que saíam às ruas com seus bailados e coreografias no dia 30 de dezembro de cada ano, para homenagear Nossa Senhora do Rosário¹. Mesmo que o intuito desta discussão não seja traçar um apanhado das ideias sobre as origens do folguedo, haja vista que o interesse maior é compreendê-lo a partir de uma perspectiva processual, portanto antropológica, em termos introdutórios é interessante trazer alguns dados a esse respeito.

A partir de meados do século XX vários intelectuais, sobretudo os folcloristas, dedicaram-se às pesquisas sobre as festas de congados e

1. Não aprofundarei a discussão em torno do contexto festivo de Jardim do Seridó-RN, uma vez que o foco do artigo diz respeito ao contexto das congadas em Santo Antônio do Monte-MG. Para obter mais detalhes sobre os Negros do Rosário, sugiro a leitura do trabalho de Silva (2012) intitulado *Nego veio é um sofrer: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário*.

coroação de reis congos. Nesse período se intensificaram os estudos no campo do folclore, considerados “uma grande mobilização que foi identificada pelos próprios integrantes na época como um ‘movimento folclórico’” (VILHENA, 1997, p. 21). Entre os autores destacam-se Arthur Ramos, 1940; Câmara Cascudo, [(1954), 2001]; Edson Carneiro, 1965; Roger Bastide, 1971 e outros. Para Cascudo [(1954), 2001], trata-se de um folguedo de formação afro-brasileira, em que se destacam as tradições históricas, os usos e costumes tribais de Angola e do Congo, com influências ibéricas, no que diz respeito à religiosidade. No entanto, “especificamente, como vemos e lemos no Brasil, nunca esses autos existiram no território africano” [CASCUDO, (1954), 2001. p. 150].

As publicações provenientes de pesquisas realizadas final da década de 1970 em diante, pautadas, sobretudo, por um viés antropológico, demonstram uma preocupação de compreender os cultos em louvor a Nossa Senhora do Rosário a partir dos vários processos inseridos no contexto. Isso significa que o foco das investigações recai mais sobre as dinâmicas culturais das congadas e da pluralidade de sentidos que os congadeiros e devotos atribuem aos festejos, nos diversos territórios onde elas ocorrem, do que propriamente aos fatos históricos que os fundamentam. Os estudos realizados por Pereira de Queiroz (1976), Gomes e Pereira (1988) e Brandão (1978; 1987) demonstram essa preocupação.

O culto em louvor a Nossa Senhora do Rosário é antigo e antecede ao período da colonização portuguesa no Brasil. De acordo com Bastide (1971), o culto a Virgem do Rosário já havia sido introduzido na África pelos missionários católicos antes mesmo do processo de colonização no Brasil. Em território brasileiro, os congados são manifestações artísticas e religiosas, cujas homenagens são recorrentes a Virgem do Rosário. No entanto, outros santos consagrados pela Igreja Católica são inseridos nos festejos, como, por exemplo, São Benedito, Santa Efigênia, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e outros. Já no que diz respeito à devoção a São Benedito e Santa Efigênia, “veio a ser reforçado entre os escravos e seus descendentes no Brasil, pela identificação fenotípica desse seguimento populacional com estes dois santos negros” (SILVA, 2007. p. 45).

Embora alguns registros historiográficos apontem que os primeiros grupos de congadas denominados de “ternos” tenham surgido no Recife-PE,

como mostra Ramos (1940), é na região centro-oeste do Brasil, mais precisamente nos estados de Minas Gerais e Goiás, que se encontra com maior intensidade a prática das congadas. Em Minas Gerais, o congado teve sua origem vinculada às irmandades católicas dos “homens pretos”, fundadas desde o século XVII. Associadas aos fatos históricos passaram a se disseminar, principalmente de forma oral, algumas narrativas míticas que também reforçam a existência da prática, como o aparecimento de Nossa Senhora do Rosário “no mar”, e o papel de um rei africano que se tornou conhecido em Vila Rica pela alcunha de Chico Rei.

Esta personagem lendária é descrita como um rei tribal congolês que foi trazido para o Brasil como escravo e levado para as Minas Gerais, onde, forçado a trabalhar na lavra do ouro, conseguiu com o esforço braçal comprar a sua liberdade. Além disso, com astúcia e a solidariedade dos “irmãos de mesa” da irmandade religiosa da qual se tornou membro, também alforriou outros cativos. Esse ato heroico valeu ao ex-escravo a coroação simbólica como Rei Congo do Brasil, e a oportunidade de promover a primeira festa do congado (SILVA, 2007. p. 45).

É na região sudeste, mais precisamente no estado de Minas Gerais, onde há uma significativa ocorrência dos festejos. Tanta expressividade contribuiu para que fosse dado início pelo Ministério da Cultura, através do Iphan, o processo de produção de conhecimento com o objetivo de fundamentar o seu pedido de registro. No centro-oeste mineiro, os festejos recebem o nome de “reinado”, em outras regiões são conhecidos por “congadas” e “congados”, noutras por “catupé”, e, ainda, como “moçambique”. Rabaçal (1976), por enxergar a complexidade das manifestações populares em torno de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, optou por nomeá-las de “Congos, Congados e Congadas”, com o objetivo de compreendê-las na sua pluralidade. Essa pluralidade de termos sinaliza para a existência de um campo de pesquisa diverso e complexo do ponto de vista etnográfico e analítico.

2 OS FESTEJOS DE REINADO

Congada ou reinado é um festejo religioso-popular realizado em louvor a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, composto por uma série de rituais, danças, cantos sagrados e abundantes refeições, tudo harmonizado ao som de pandeiros, caixas e sanfonas. A manifestação

aglutina uma diversidade de sons, formas, movimentos, coreografias e adereços multicoloridos, como fitas, brilhos, colares (rosários) entre outros. As homenagens proferidas a Virgem do Rosário são conhecidas na cidade de Santo Antônio do Monte-MG como “festa de reinado”², mas em outras regiões do país pode receber o nome de “congadas”, como demonstram pesquisas realizadas por alguns estudiosos.

Existe uma semelhança entre os termos Congos, Congada e Congado. A denominação congo é mais usada no Norte e Nordeste, designando a totalidade do auto; pode também designar uma guarda ou terno como em Minas Gerais (GOMES; PEREIRA, 1988. p. 183)³.

Ainda sobre o termo reinado, principalmente nas regiões mineiras, acrescentam os autores: “é um dos componentes do Congado, exatamente aquele que se refere à coroação de reis e à constituição de uma corte. Esse fator se tornou muito forte em Minas Gerais, pela atuação das Confrarias” (Idem).

Santo Antônio do Monte situa-se a 150 km de Belo Horizonte, no oeste mineiro⁴. A primeira capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário foi construída no princípio do século XX. Em meados de 1925, por estar muito deteriorada, ela foi demolida para dar lugar a uma capela mais ampla. No que se refere aos aspectos econômicos da cidade, inicialmente, de acordo com Borges (1997), a vida econômica centrava-se em torno da produção de café, açúcar e criação de gado. Desses produtos, apenas o gado ainda é expressivo atualmente. Em 1915, surgiram os primeiros barracões para a fabricação artesanal de “foguete” (fogos de artifícios). Atualmente há 33 fábricas de foguetes em funcionamento no município, o que gera uma média de 2 mil empregos diretos e 3 mil indiretamente⁵.

2. Atualmente o reinado possui 23 ternos de congadas, sendo um terno de marujo, três de moçambiques e o restante de congos.

3. Em Santo Antônio do Monte é comum o uso do termo “corte” para fazer referência aos coletivos de congadas.

4. A origem da cidade remonta ao ano de 1782, quando foi legalizada a escritura de doação de seismaria “Alta Serra” para a formação de um povoado. Como bem destaca Borges (1997), no ano de 1832, o povoado contava com uma população de 3.594 habitantes, sendo a maior parte de negros cativos. O povoado foi elevado à categoria de cidade em 1875. Conta atualmente com uma população de 25.975 habitantes.

5. Dados fornecidos pelo Sindicato das Indústrias de Explosivos no Estado de Minas Gerais – SINDIEMG. Censo realizado pela instituição nas empresas em 30 de setembro de 2014.

A festa de reinado é uma manifestação que apresenta estrutura e hierarquia próprias, regras disciplinares e atores sociais com papéis definidos. De acordo com o texto *Informativo da Tradicional Festa de Reinado* (IRMANDADE DOS DEVOTOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 2013), o marco oficial da festa acontece quando as congadas se juntam nas ruas para buscar os reis para a entrega de coroas, e é composto da seguinte forma: soldados de linha; major; primeiro, segundo e terceiro capitão; mordomos; reis festeiros; reis perpétuos e reis congos.

O termo reinado carece de uma reflexão pormenorizada, uma vez que se estrutura a partir de uma complexa rede de significados que interligam o plano das crenças religiosas à vida cotidiana dos congadeiros, reis, festeiros e devotos dos santos padroeiros. O reinado comporta uma gama de ritos: ritual de levantamento dos mastros, coroação de reis e rainhas, pagamento de promessas, cortejos e procissões, missa conga e outras formas de homenagens aos santos. Para entender a amplitude simbólica do reinado e o lugar do culto a Virgem do Rosário nesse festejo religioso, que é o ritual de coroamento de reis e rainhas, Vilarino (2014), com base na fala da rainha conga de Minas Gerais sobre a função de uma coroa nos ritos congadeiros, faz a seguinte ressalva: “A coroa é a confirmação da presença da força protetora da santa junto àquele rei/rainhas coroado” (VILARINO, 2014. p. 100).

Outra função, não menos importante, que se percebe no contexto do reinado, além do culto à santa e demais rituais que os envolve, é o fato de promover entre os ternos (grupos de dançadores), sobretudo aqueles compostos por negros, a noção de pertencimento aos ancestrais escravos. Assim, é possível perceber que o reinado “esteve [e está] diretamente associado à escravidão, é uma manifestação religiosa em que seus praticantes rememoram aquele tempo através de seus rituais” (VILARINO, 2014. p. 97).

A fina observação etnográfica sobre as “festas dos pretos” associada aos relatos colhidos “parecem associar Nossa Senhora do Rosário à liberdade e São Benedito ao cativo” (COSTA, 2012. p. 54). Elementos que forçam a postura de seriedade, devoção e respeito adotada pelos congadeiros durante os dias de reinado. Para Costa (2012), que pesquisou as congadas em Serra do Salitre-MG, na região do Alto Parnaíba, os congados representam a aparição de Nossa Senhora do Rosário, o que estruturou as comemorações atualmente marcadas pela participação dos ternos. “É o evento mítico

situado no tempo do cativo, e que a partir dele foi instaurado um *reinado* idealmente responsável pela conformação da festa como um todo” (COSTA, 2012, p. 67). Portanto, assegura a autora, “o reinado, garante que a festa seja realizada com muita alegria, dança, cantoria e comida” (Idem).

Os festejos de reinado se iniciam com o levantamento dos mastros. Para Costa (2012), os mastros possuem um significado simbólico que remontam os momentos de segregação vividos pelos negros, pois quando estes não podiam entrar na igreja o louvor à santa era realizado em torno da fogueira e do mastro. Eles simbolizam para a população devota que a cidade está em louvação, tempo marcado pela excepcionalidade. Ainda sobre a importância simbólica dos mastros, Gomes e Pereira (1988) afirmam que se trata de um momento de intensa emoção, pois quando se eleva o madeiro elevam-se simultaneamente os corações. As homenagens de louvor começam pela manhã, quando os cortes⁶, embalados pelos cânticos e coreografias, percorrem as ruas da cidade e realizam visitas a devotos pagantes de promessas, que lhes oferecerem cafés da manhã. Ao meio dia, os cortes se alternam no almoço, proporcionado pelos reis festeiros. Em seguida continuam as visitas aos mordomos, reis e rainhas festeiros.

No ano de 2014 o cortejo saiu da residência do rei festeiro e seguiu em procissão para capela do Rosário. Na ocasião foi celebrada missa campal no pátio da capela. Após a cerimônia, os mordomos levantaram os mastros (uma bandeira para cada santo), seguido da queima de fogos pirotécnicos. Um mês após, em agosto, acontece a festa de reinado propriamente dita, na semana em que se comemora a Assunção de Nossa Senhora. São quatro dias de festa. É o momento em que a cidade se transforma, sai do cotidiano e entra em um período “extracotidiano” (AMARAL, 1998), impulsionado pelos rituais em homenagem aos santos.

Os festejos têm início na quinta-feira pela manhã, prosseguem durante o dia e à noite acontece a missa conga⁷. Nessa celebração os 19 cortes

6. Termo comumente usado pelos devotos e detentores para se referirem aos grupos de congadeiros, que saem às ruas com seus bailados e batuques, para homenagear a Virgem do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

7. Trata-se de um ritual religioso ocorrido no Centro Social São Lucas que contou com a presença da rainha perpétua, do rei e rainha congos, dos reis e rainhas festeiros, e dos 23 cortes de reinado, além dos representantes da Igreja Católica local. Cada corte, ao adentrar as dependências do espaço, pedia permissão aos santos, em seguida seguia em direção ao altar cantando e dançando seus bailados. Para mais detalhes, ver Silva (2007).

de congadas, as três guardas de moçambiques e uma guarda de marujos entram, um após o outro, nas dependências do Centro Social São Lucas, cantando e bailando ao som de instrumentos como caixas, sanfonas, pandeiros e tambores⁸. Nos outros dias de festas os cortes seguem uma rigorosa agenda de compromisso: café da manhã, visitas aos reis festeiros, almoço e jantar. Na sexta-feira, os reis festeiros do ano em curso entregam as coroas recebidas ao Capitão-Mor da festa na Igreja Matriz. No sábado, os cortes se organizam para a entrega das coroas aos reis festeiros do ano seguinte. No último dia de festa, em um domingo depois de intensas atividades, acontece o encerramento dos festejos, marcado pela celebração de uma missa, procissão para entrega das imagens à capela de Nossa Senhora Rosário e arriamento dos mastros.

A festa do reinado, portanto, já faz parte do calendário festivo-católico da cidade, inicia-se, anualmente, no mês de julho, quando os mastros em homenagem a cada santo são hasteados em frente à capela de Nossa Senhora do Rosário.

Toda festa acontece de modo “extracotidiano”, mas precisa selecionar elementos característicos da vida cotidiana. A cidade segue seu ritmo, deixando-se contagiar pelo clima festivo embalado pelas cores, danças e sons produzidos pelos cortes de reinado (AMARAL, 1998),

Como afirma Roberto DaMatta, “O rito dá asas ao plano social e inventa, talvez, sua mais profunda realidade” (DAMATTA, 1981. p. 31). Brandão (1989), a partir de estudos realizados sobre as festas no interior do Brasil central, também observa que a festa é

O lugar simbólico onde cerimonialmente separam-se o que deve ser esquecido e, por isso mesmo, em silêncio não festejado, e aquilo que deve ser resgatado da coisa ao símbolo, posto em evidência de tempos em tempos, comemorado, celebrado. (BRANDÃO, 1989. p. 8).

8. Dos 23 coletivos de congadas existentes na cidade, a maioria, 19 cortes elaboram suas coreografias a partir do compasso dos pandeiros e caixas; as três guardas de moçambiques têm como elementos rítmicos tambores e gungas – gunga é considerado um instrumento musical sagrado que é conduzido preso ao tornozelo; e o único corte de marujo que utiliza apenas varas enfeitadas com fitas coloridas como elemento coreográfico.

Assim posto, o reinado é uma festa que, certamente, faz parte da vida diária de uma parcela significativa da população da cidade. Embora muitos devotos participem dos festejos com o objetivo de pagar suas promessas⁹, de acordo com Borges (1997, p. 1), a festa também contribui para promover reencontros com antigos conhecidos, promovendo assim a integração de todos. Ainda para Brandão (1989), a festa toma a seu cargo os mesmos sujeitos, objetos e estrutura de relações da vida social e os transfigura. Para Borges (1997), não há como participar do evento sem que se dê alguma coisa de si, a *dádiva*, tal qual pensou Marcel Mauss [(1950); 2003] é uma parte intrínseca da festa. Entre todas as formas de dádivas presentes na festa destacam-se as decorrentes da *promessa*.¹⁰ “A promessa é um fenômeno básico, faz o sistema funcionar, quase todos os participantes da festa estão pagando promessa. É porque as pessoas continuam fazendo promessas que a realização do evento está garantida”, enfatiza Borges (1997). A colocação da autora é pertinente, sobretudo porque se não houver mais pagantes de promessas, denominados de “festeiros”, devotos que patrocinam os almoços para os congadeiros, a festa perde boa parte do significado de sua existência ritual e material. Pereira de Queiroz (1976), na sua obra *O campesinato brasileiro*, relata que:

Por toda parte do Brasil tradicional, a festa se estrutura sempre do mesmo modo. Cada ano é escolhido um festeiro da festa, encarregado de organizá-la e de pagar parte da despesa. Fica a seu cargo, por exemplo, a alimentação de todos que virão comemorar da data (QUEIROZ, 1976, p. 82).

Ainda de acordo com Brandão (1978), em estudos realizados sobre as congadas de Pirenópolis–GO, era comum o festeiro oferecer aos participantes um tabuleiro com doces e salgados conhecidos por “Verônicas e Pães do Divino” (BRANDÃO, 1978, p. 139). Na comunidade negra mineira

9. De acordo com o vice-presidente da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Geraldo Aparecido da Silva (Dinho), há uma “lista de espera”, de pessoas interessadas em oferecer os almoços nos dias de reinado, que se estende até 2016. A lista para oferecer “os cafés” também segue a mesma dinâmica. A lista é composta por nomes de devotos que fizeram promessas aos santos (Nossa Senhora, Rosário, São Benedito e Santa Efigênia) e, como forma de agradecer, patrocinam um dos almoços aos participantes dos cortes de reinado.

10. Stiel (1996) define a *promessa* como um compromisso de curto prazo ou de uma dívida que pode ser paga, sustando o contrato. Já o voto tem a conotação de uma relação mais permanente que compromete o fiel por um longo tempo.

dos Arturos, onde Gomes e Pereira (1988) realizam uma densa pesquisa etnográfica sobre o reinado, é tradição oferecer almoços aos participantes dançadores. Algo semelhante acontece durante as festividades do reinado em Santo Antônio do Monte. Ainda que de forma exploratória, presenciei as chegadas e concentração dos cortes de reinados às dependências do salão da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, lugar onde são servidos os almoços e os jantares aos congadeiros¹¹. De fato, os almoços são elaborados por várias mulheres, todas voluntárias, muitas delas estão doando seu trabalho em troca das graças alcançadas.

Na região do Serro-MG, onde a antropóloga Patrícia Trindade Maranhão Costa (2012) realizou sua pesquisa etnográfica, o ritual em torno da comida, tal qual como acontece em Santo Antônio do Monte, também é um elemento central nos festejos de reinado.

“Encaminhados para o almoço, os ternos conduzem o festeiro que lhes fornecerá a refeição. A comida está disposta em uma mesa, sendo normalmente distribuída pelos donos da casa a cada terno após a sua apresentação” (COSTA, 2012, p. 106-107).

Enquanto no Serro os almoços são servidos nas residências dos festeiros, em Santo Antônio do Monte o almoço, mesmo sendo patrocinado pelo festeiro, é servido nas dependências da sede da irmandade¹².

3 MARCOS INICIAIS DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DAS CONGADAS MINEIRAS E MOBILIZAÇÃO DA BASE SOCIAL

Fica evidente, com base nessas reflexões, que as manifestações que fundamentam os ritos festivos em louvor aos “santos pretos”, além de demarcarem

11. É de praxe durante os três dias de reinado o oferecimento de café da manhã aos participantes dos cortes. Para tanto, é necessário que o devoto pagante de promessa tenha dado seu nome aos organizadores da festa, com antecedência, haja vista ser grande a procura de pessoas querendo retribuir as “graças” alcançadas. Em conversa com o vice-presidente da irmandade, o Dinho, ele afirmou que as despesas com almoços para cada festeiro, giram em torno de R\$ 12.000,00. O que evidencia que somente podem adentrar na categoria “festeiro” pessoas de posses.

12. A sede da irmandade possui um amplo salão de eventos com cadeiras, bebedouros, banheiros e uma cozinha equipada com fogões industriais, *freezers*, utensílios – panelas, pratos, talheres etc., usados durante o período do reinado para o preparo dos almoços e durante o ano nos eventos realizados para angariar recursos. O cardápio servido aos congadeiros no decorrer do período de reinado é composto por tutu de feijão, macarrão, salada, frango cozido e almôndegas fritas. Todo festeiro que for patrocinar um almoço já sabe que o cardápio é fixo, não pode ser modificado.

um momento especial que rompe com a vida cotidiana, propiciam que os sujeitos devotos possam revisitar as memórias afetivas de tempos antigos e ressignificá-las. Essas memórias são reforçadas de tempos em tempos durante as festividades, e contribuem para o fortalecimento da identidade negra dos grupos. As cantigas, danças, adereços, instrumentos e tantos outros elementos ritualísticos que compõem o folguedo são cruciais para que os congadeiros acessem as memórias do cativo vivido pelos seus ancestrais e passem a ressignificá-las com uma postura de resistência e de lutas. Isso os torna sujeitos autônomos e politicamente conscientes de suas condições de exclusão.

O fato de os congadeiros estarem imbuídos desses sentimentos de resistência e luta foi crucial e serviu de ponto de partida para o início das primeiras ações de mobilização com vistas a salvaguardar as festividades que acontecem no estado de Minas Gerais, em torno da devoção dos negros a Virgem do Rosário. Esforços coletivos de detentores, base social, poderes públicos locais e entidades representativas (associações e irmandades)¹³ fizeram chegar ao Iphan um documento solicitando o pedido de registro das congadas mineiras. A partir daí o órgão deu início às pesquisas de mapeamento e identificação através do uso de metodologia própria, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que tem como objetivo juntar evidências possíveis para embasar a referida política de proteção.

É interessante, nesse caso, destacar o caráter coletivo das ações de solicitação de pedido de registro. “As propostas de registro devem ser necessariamente coletivas, envolvendo, sempre que possível, a representação dos detentores dos bens em questão” (IPHAN, 2010. p. 23). Isso significa que o caráter coletivo do pedido, junto do caráter descentralizador da instrução do processo e o caráter transitório da inscrição formam as características

13. Em 2008 foi encaminhado ao presidente do Iphan um ofício do prefeito municipal de Uberlândia solicitando o reconhecimento das Congadas de Minas como patrimônio cultural do Brasil. A solicitação foi acompanhada de cartas de apoio dos municípios de Uberaba, Campos Altos, Ibiá, Frutal e Monte Alegre de Minas, e da Associação dos Congos e Moçambiques Nossa Senhora do Rosário de Ibiá, que reiteram a importância dessa expressão religiosa e cultural no estado. Após uma série de deliberações junto à prefeitura de Uberlândia e internos ao Iphan, em 2011 foi enviada cópia do processo de registro das Congadas de Minas para a Superintendência do Iphan em Minas Gerais, que desde então ficou responsável pelas pesquisas e encaminhamentos necessários à instrução do referido processo. Em julho de 2012 o Iphan-MG iniciou os trabalhos de inventariamento das Congadas de Minas, utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

que diferem o Registro do Tombamento. De modo que “a melhor política cultural será sempre aquela que melhor assumir e potenciar todo esse imenso cabedal de recursos humanos” (VANNUCCHI, 1999. p. 90).

Para Vannucchi (1999), entende-se por política cultural todo o conjunto das grandes linhas pelas quais o estado regula sua ação no campo da cultura. No que se refere ao processo de patrimonialização das manifestações culturais, esse reconhecimento possui bases legais no Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2001, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências” (BRASIL, 2000). Ação essa que segundo Laurent Lévi-Strauss sinaliza que “o Brasil tomou iniciativa notável” (2001. p. 23). Sobretudo porque, durante muito tempo, o estudo e a salvaguarda das formas de patrimônio cultural imaterial,

Em particular aquelas ligadas à vida cotidiana e às culturas populares, serem vistas como primos pobres das políticas de conservação do patrimônio, se comparadas com os meios e esforços consagrados às obras de artes e aos monumentos (LÉVI-STRAUSS, 2001. p. 23).

Não resta a menor dúvida sobre a importância de tal instrumento jurídico nas ações de implementação e fortalecimento das manifestações populares existentes no Brasil, em particular aquelas cujos detentores têm um significativo legado na formação da identidade de brasilidade, como os povos originários, a saber, indígenas e afro-brasileiros, culturas e formas de vidas que, por muitos anos, foram deixadas de escanteio pelo Estado.

Para compreender a complexa história da política cultural brasileira, incluindo os processos de estagnação, descasos políticos, falta de investimentos e tantos outros, Rubim (2010) dá algumas pistas. Para ele, a área de cultura enquanto uma política de estado brasileiro é marcada por ‘tristes tradições’: “ausência, autoritarismo e descontinuidade” (RUBIM, 2015. p. 11). Não interessa, no momento, realizar um apanhado de ações políticas com base nas três tradições. De acordo com Rubim (2015), o governo Dilma, no que se refere às ações de políticas culturais, tem sido marcado por “descontinuidades”. Os dois anos de experiência atuando como consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (Unesco), realizando atividades específicas no Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/Iphan), permitiram-me acompanhar a saga que é a descontinuidade de ações já em andamento, sobretudo por restrições de recursos financeiros.

Na maioria das vezes, os técnicos vão à localidade, iniciam um processo de mobilização e diálogo junto aos grupos, além de comprometerem-se moralmente com a continuidade das ações. Inesperadamente, chega a informação via chefia imediata de que os recursos destinados ao projeto em andamento foram suspensos porque o Ministério da Cultura foi atingido por cortes de gastos. Outros casos de descontinuidade de ações dependiam de aprovações no orçamento do ano seguinte para prosseguir. Enfim, os projetos são paralisados e todo trabalho realizado com os detentores é interrompido, ocasionando entre os integrantes do grupo um sentimento de frustração e descrédito. Foi o que aconteceu com as ações do projeto de Pedido de Registro das Congadas de Minas, sobretudo no que tange aos diálogos já em estágio bastante adiantado entre os congadeiros, lideranças políticas municipais e o Iphan. Não é propósito deste artigo fazer um apanhado dos diversos momentos históricos da política cultural brasileira, mas pontuar algumas ações, sobretudo no âmbito da preservação do patrimônio imaterial, a partir do referido decreto. Nesse sentido, parte para a análise de algumas ações que marcam um contexto anterior e outro posterior às políticas culturais no governo Lula (RUBIM, 2010).

Anterior ao referido decreto, e de importância ímpar, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216, prevê o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade. O artigo define, também, que o poder público – com a colaboração da comunidade – promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento. Embora o instrumento jurídico que salvaguarda os bens culturais de natureza imaterial tenha sido sancionado, ainda nas gestões do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, com saldo dos bens registrados¹⁴, o período de 2003 a 2011, que corresponde

14. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, inscrito no Livro de Registro dos Saberes (20 dez. 2012), e a Arte Kusiwa – Pinturas Corporais e Arte Gráfica Wajãpi, inscrita no Livro de Registro Formas de Expressão do Iphan, na mesma data.

às duas gestões do presidente Lula, que teve como ministro da cultura da primeira gestão Gilberto Gil, e no segundo mandato o ministro Juca Ferreira, foi definitivamente decisivo para a consolidação e implementação da política de salvaguarda dos bens imateriais. Foi possível perceber que o período contabilizou o registro de 21 bens, distribuídos em todas as regiões do país e inscritos nos quatro livros¹⁵.

Diante do quadro de avanços das ações de preservação da política, é crucial fazer um apanhado das transformações, sobretudo no que se refere às lutas e demandas impostas aos movimentos sociais. Como bem frisa Soto et al. (2010), nos governos democráticos representativos os direitos políticos dos cidadãos incluem a possibilidade de participar das decisões governamentais (SOTO et al., 2010. p. 26).

Os autores referem-se ao mecanismo democrático denominado participação social, ou como se costuma falar no dia a dia das ações de salvaguarda de patrimônio imaterial do Iphan: mobilização da base social, de modo que o diálogo com a sociedade permita enfrentar os autoritarismos, enfatiza Rubim (2015). Para melhor elucidar a ideia de participação social nos processos de decisão política do governo Lula, é preciso ir ao cerne da questão:

As lutas sociais e o processo de organização popular fizeram com que em 1989 a nordestina Luiza Erundina fosse eleita prefeita do município de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que por sua vez convidou a filósofa Marilena Chauí para assumir a pasta da Secretaria de Cultura. Marilena Chauí instituiu o conceito de Cidadania Cultural, apregoando a cultura como um direito do cidadão (BEZERRA; WEYNE, 2013. p. 06).

Estavam, portanto, plantadas as bases que viriam a ser o modelo de política cultural do futuro governo nacional petista a partir de 2003, acrescenta a autora. Em seu discurso de posse no Ministério da Cultura, Gilberto Gil (2007) deixou evidente o “início de uma nova fase na política cultural do país”, no sentido antropológico, com a preocupação de “revelar os brasis”, suas múltiplas manifestações culturais, e na retomada do papel ativo do Estado na formulação de políticas culturais, procurando, sobretudo,

15. Informações disponíveis no site <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>.

estabelecer diálogos e compartilhar com a sociedade brasileira a revisão, formulação e execução das políticas públicas de cultura. Nesse sentido, a cultura, pela primeira vez na história do país, passou a ser vista como importante ferramenta de inclusão, cidadania e desenvolvimento. A democratização e acesso aos bens culturais decorrentes da implementação dessas mudanças podem ser percebidas em diversas áreas no campo institucional das políticas culturais. No âmbito das políticas de preservação da cultura imaterial é possível perceber inúmeras ações, sobretudo no que tange ao reconhecimento de práticas culturais produzidas por populações até então desmerecidas pelo Estado, como grupos indígenas e afrodescendentes, cuja importância é fundamental para formação da identidade brasileira¹⁶.

O primeiro contato estabelecido entre os congadeiros de Santo Antônio do Monte e o Iphan ocorreu em agosto de 2014, por ocasião de uma reunião realizada entre os representantes da empresa terceirizada responsável pela coleta de dados para compor a primeira fase do INRC. Na ocasião, fui convidado a estar presente pelo presidente da irmandade de Nossa Senhora do Rosário. A pesquisadora apresentou o projeto, expôs os objetivos, falou sobre a atuação do Iphan, em seguida, abriu a sessão para perguntas e questionamentos dos congadeiros. As perguntas giraram em torno das interferências do órgão sobre o reinado, desde a imposição de mudanças a recursos financeiros. Após o término da reunião, orientei o presidente da irmandade a encaminhar um ofício à superintendência do órgão no estado de Minas Gerais, solicitando a visita de um técnico para prestar mais esclarecimentos sobre o projeto.

Um ofício em resposta chegou à irmandade confirmando a reunião para novembro de 2014. Próximo à data acertada, o compromisso foi desmarcado sob a alegação de problemas técnicos burocráticos. No mês de março, o ofício foi refeito e entregue à superintendência do Iphan, pois o objetivo era que a referida reunião ocorresse antes das festividades do reinado, que acontecem entre os meses de julho e agosto. Em resposta à solicitação, o órgão agendou uma visita para os dias 10 e 11 de junho. De fato, o primeiro

16. Para que tais ações atingissem de forma democrática os mais diversos grupos localizados no interior do país, foram necessárias medidas de reestruturação dos órgãos de cultura. Foi quando, pela primeira vez na história do Iphan, houve concurso para a contratação de técnicos especializados em diversas áreas do conhecimento.

diálogo entre o técnico e os detentores aconteceu na sede da irmandade. Na ocasião, o servidor destacou tópicos importantes, como o papel do Iphan durante e após um processo de pedido de registro, deixando explícito que em nenhum momento o órgão interferiria nas dinâmicas das congadas nem na organização do reinado; nem o fato de um bem cultural ser reconhecido como patrimônio cultural em nível nacional implicaria no recebimento de recursos financeiros oriundos do governo. A posição do órgão é promover políticas públicas de culturas visando a manutenção do bem.

No dia seguinte, o técnico reuniu-se com o prefeito, a secretária de Educação e Cultura e o presidente da irmandade. Apresentou-se o projeto e a justificativa pela qual as congadas da cidade tinham sido escolhidas para uma pesquisa mais detalhada. Entre os 332 municípios que mantinham vivas as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio do Monte estava incluso, e o passo seguinte das pesquisas seria a realização de encontros regionais de congadeiros em cidades polo, com a presença de pelo menos dois integrantes de cada congada. Imediatamente, o prefeito sugeriu que o evento fosse sediado na cidade, oferecendo o prédio do Centro de Turismo e Cultura (Cetuc) para a realização do evento, além de outras parcerias. Justificou ainda, como forma de enfatizar a grandiosidade do reinado perante a região, que várias congadas de cidades vizinhas vêm para a cidade na época dos festejos. O técnico ouviu as propostas, ficou de analisar junto ao superintendente e, posteriormente, daria uma resposta. No dia 13 de agosto de 2015, portanto, durante os festejos do reinado, o técnico do Iphan retornou à cidade para comunicar ao prefeito que o município seria uma das cidades a sediar um dos encontros regionais de congadeiros¹⁷. Enfim, de acordo com o técnico, o calendário dos encontros estava previsto para acontecer entre os meses de novembro de 2015 e fevereiro de 2016. O que se sabe é que, enquanto o orçamento da União referente ao ano vigente de 2016 não fosse aprovado, não haveria expectativas quanto à continuidade das ações do projeto. O cenário que pareceria estar fluindo, do ponto de vista da construção de diálogos e mobilização da base social, sofreu uma interrupção. O que reforça de forma direta e contundente a realidade de descontinuidade que se instalou na gestão do governo Dilma.

17. Os encontros regionais com os congadeiros seriam realizados em sete municípios mineiros: Divinópolis, Machado, Montes Claros, Santo Antônio do Monte, São João Del Rei, Sete Lagoas e Uberlândia, conforme documento oficial expedido do Iphan/MG.

5 APROPRIAÇÃO DOS CONCEITOS INSTITUCIONAIS E DESCONTINUIDADE DA POLÍTICA

Desde 2014, inicialmente como integrante da comunidade e depois como agente de interlocução, acompanho de perto a construção do processo de diálogo entre os congadeiros e o Iphan no que diz respeito à elaboração de uma agenda conjunta para implementação da política de patrimonialização das congadas mineiras, cujo objetivo seria o reconhecimento da prática como patrimônio cultural dos brasileiros. No período de 2014 a 2015, os técnicos do Instituto estiveram duas vezes em contato direto com os congadeiros de Santo Antônio do Monte. Foi o suficiente para que se percebesse a apropriação de alguns conceitos institucionais, não somente por parte dos detentores, mas também pela comunidade. Assim, termos que eram difusos e até desconhecidos como “tombamento” e “registro” passaram não somente a ser discutidos, mas diferenciados. Antes, toda forma de proteção de bens culturais por parte do poder público se resumia ao tombamento. Durante algumas participações em reuniões da irmandade, notou-se o engajamento dos representantes dos ternos em colaborar com o processo acima descrito, que tomava corpo a partir do discurso de empoderamento e de interesse de querer se informar mais sobre o funcionamento da política.

Outro episódio que pode ser entendido como resultado desse processo de aproximação foram os dizeres impressos nas camisetas confeccionadas e vendidas para angariar recursos e também divulgar a festa de reinado de 2015: “Valorize o maior patrimônio cultural e religioso de nossa cidade, ele faz parte da sua história e é seu!” Fica evidente, através da palavra “patrimônio”, que a congada, historicamente desprestigiada e relegada à marginalidade, possui valor e carece não somente de ser valorizada pelos detentores e comunidade, mas também de condições de preservação criadas pelo poder público para que as futuras gerações possam ter acesso a essa manifestação.

Em meio ao avanço das negociações o Ministério da Cultura foi extinto, e com ele todas as expectativas de ver as congadas reconhecidas como patrimônio cultural imaterial. O grupo, reerguido após diversas ausências e incertezas por parte dos órgãos institucionais de cultura (municipal e estadual), e que havia acreditado ser possível mudar os rumos da sua história, foi mais uma vez obrigado a desmotivar-se e acreditar que o poder público não tem interesse em apoiá-lo. Em termos políticos, voltou-se

à estaca zero, momento que remete à primeira reunião dos representantes do Iphan, quando a postura dos congadeiros era de total descrédito com as políticas públicas de cultura.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA GESTÃO: O CASO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

O primeiro contato que estabeleci com os congadeiros de Santo Antônio do Monte partiu de um convite do presidente da irmandade para participar de uma reunião com as presenças dos pesquisadores contratados pelo Iphan e os detentores, cuja pauta era a realização de uma pesquisa sobre as congadas mineiras. Antes do evento, alguns participantes perguntaram sobre o que seria a reunião e, de modo geral, destaquei que o Instituto é um órgão público encarregado de criar ações destinadas à preservação e continuidade das práticas culturais de relevante valor afetivo para os grupos locais e, conseqüentemente, para o Brasil. Após isso, ouvi uma frase meio sussurrada saindo da plateia: “mas nós não aceitamos que o nosso reinado fique como o de Araújo!” Inicialmente a frase soou como uma resistência à presença do Iphan, por se tratar de um órgão público, e tornou-se uma questão a ser investigada.

Ao término da reunião, abriu-se espaço para os congadeiros se pronunciarem e sanarem dúvidas. O presidente da irmandade foi o primeiro a pedir a palavra, e sua observação foi em tom de desabafo, alegando que durante muitos anos os órgãos públicos gestores de cultura os procuraram para realizar estudos e pesquisas e colher dados sobre o reinado, fazendo uma série de promessas, e ao final dos trabalhos, nunca voltaram para mostrar os resultados. É igualmente interessante que, em sua fala sobre poder público não há distinção nítida entre a esfera municipal, estadual ou federal. O poder público trata a cultura com descaso. Tais estudos foram realizados pelo órgão de cultura do estado de Minas Gerais. A grande preocupação dos congadeiros era de que forma o Iphan interferiria na organização da festa de reinado. Foi por conseguir associar o desabafo do presidente, antes da reunião ter início, que resolvi problematizar esse tópico.

Depois, em conversas e informações com alguns congadeiros e comunidade em geral, foi possível entender que havia uma diferença entre

as festividades de reinado da cidade e aquelas que acontecem na cidade vizinha de Araújos. Ouvi queixas no seguinte sentido: “o reinado virou uma micareta, com trio elétrico, muita bagunça”. “Nós não queremos que aqui fique igual ao que findou o reinado de Araújos”. Mas o que havia contribuído para tal transformação, a ponto de causar tanta resistência por parte dos moradores e congadeiros? O fato é que, em Araújos, a organização do reinado está sob a responsabilidade do poder público municipal, que o transformou em uma espécie de “espetáculo alegórico, contrastando com o sentido de missão” (COSTA, 2012. p. 63). Ao contrário do reinado de Santo Antônio do Monte, cuja organização, estrutura e promoção da festa ficam a cargo dos congadeiros e da comunidade. A prefeitura apoia, sem necessariamente ter o compromisso de realizá-la, situação adequada para refletir sobre o que é ser congadeiro. Nesse sentido,

O congadeiro é aquele que, além de dançar, trabalha para a produção da festa durante todo ano, vive e percebe a congada como uma tradição pela qual é responsável e tem uma relação de fé com a Santa do Rosário (COSTA, 2010. p. 131).

Por trás das palavras proferidas pelos congadeiros com ares de desaprovação, estão sentimentos bastante difundidos entre os devotos dos santos padroeiros: fé e sacrifício. Para eles, o trabalho dedicado para homenageá-los é recompensado pelas graças alcançadas. A essência de existência da festa reside no fato de cada indivíduo se doar e oferecer o que pode. Na maior parte das vezes, as ofertas se dão em forma de serviços voluntários, sobretudo, nos almoços, jantares e outras ações promovidas na comunidade com o intuito de angariar fundos, e durante o reinado, na preparação das refeições. Para Costa (2012) realizar as festas e participar dos grupos superando o cansaço e as dificuldades financeiras é uma forma singular de expressão de louvor, e mais, é a profunda devoção que enaltece a organização das festas e a participação nos ternos, não as roupas ou enfeites.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já evidenciei no início do artigo, a minha inserção no campo empírico das congadas é bastante preliminar e incipiente; foi sendo construída a partir do que ouvia dos amigos sobre a manifestação e, sobretudo, da minha

participação como expectador das festas de reinado em Santo Antônio do Monte. Portanto, não tenho aqui o propósito de realizar conclusões definitivas, mas trazer o tema para o debate e suscitar provocações que sejam úteis na construção de problemáticas para futuras pesquisas.

Durante as leituras que realizei sobre a contextualização das congadas no Brasil e, posteriormente, nas Minas Gerais, foi possível compreender que se trata de uma prática cultural que, embora tenha sido trazida na bagagem cultural dos negros africanos, ganhou aqui especificidades jamais vivenciadas em outros lugares. Isso demonstra estarmos diante de uma tradição afro-brasileira. No tocante à festa de reinado de Santo Antônio do Monte, as promessas e as devoções aos “santos pretos” têm sido a chama que faz perpetuar, ano após ano, as comemorações e louvores. Os pedidos de graças aos santos resultam no pagamento de promessas, conseqüentemente, no patrocínio da festa pelos denominados festeiros.

Escrever sobre as nuances do reinado e suas representações, mais especificamente pensando no recorte das políticas públicas de preservação da cultura imaterial, tem se mostrado para mim um exercício cognitivo que exige muita sutileza e cuidado. A cada reflexão produzida sobre o tema surgem novas ideias e impulso para continuar a desvendar suas toadas.

O tema da mobilização social entre o poder público e os congadeiros, imprescindível no campo do processo de patrimonialização, tem sido uma das vertentes transversais aos festejos em homenagem a Virgem do Rosário que mais tem instigado, e se apresenta com mais evidência. A ideia de envolver os principais atores no processo através de diálogos, se conduzido com o devido cuidado e atenção, gera produção de conhecimento e fortalece o senso de pertencimento, essenciais para a manutenção das congadas.

Por outro lado, após acompanhar a evolução das negociações, e da mesma forma perceber sua descontinuidade, causa-me sensação de impotência e frustração. Não somente a mim enquanto pesquisador, mas aos detentores que, de certa forma, foram induzidos a criar expectativas. Portanto, as reflexões expostas neste texto apostam na obtenção de elementos que possam dar respaldo à construção de debates que apontem ou não caminhos para pensar a relação entre as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e o que pensam os detentores das congadas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”*. Tese (Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuições a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Edusp, 1971. v. 1.
- BEZERRA, Jocasta Holanda; WEYNE, Raquel Gadelha. Políticas culturais no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. In: *IV Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on-line). Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocasta-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- BORGES, Eloisa. *Os devotos do Rosário: devoção e promessa na Festa do Rosário de Santo Antônio do Monte*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O divino, o santo e a senhora*. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.
- _____. *Festim dos bruxos: estudos sobre a religião no Brasil*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Ícone, 1987.
- _____. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.
- BRASIL. *Decreto n. 3.551*, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- CARNEIRO, Edson. *Dinâmica do folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Global, (1954), 2010.
- COSTA, Carmem Lúcia. *Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão-GO*. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As raízes da congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário*. Curitiba: Appris, 2012.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GIL, Gilberto. *Discursos do ministro Gilberto Gil na solenidade de posse do Conselho Nacional de Política Cultural*. Brasília, 19 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. Juiz de Fora: MinC/EDUFJF, 1988.
- IRMANDADE DOS DEVOTOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. *Informativo da Tradicional Festa de Reinado*, Santo Antônio do Monte, n. 5, set. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

_____. *Bens culturais imateriais registrados*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003. p. 185-314.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Camponato brasileiro*: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RABAÇAL, João Alfredo. *As congadas no Brasil*. São Paulo: Sec. da Cultura, Ciência e Tecnologia, Cons. Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Folclore, n. 5).

RAMOS, Arthur. *O folclore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1935.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. In: _____. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 9-24.

_____. Políticas Culturais no primeiro governo Dilma: patamar de rebaixamento. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). *Políticas culturais no primeiro governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-32.

SILVA, Bruno Goulart Machado. *Nego veio é um sofrer*: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário. 161 fl. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Rubens Alves da. Chico Rei Congo do Brasil. In: VAGNER, Gonçalves da Silva (Org.). *Imaginário, cotidiano e poder*. São Paulo: Selo Negro, 2007. p. 43-87.

SOTO, Cecília. et al. Políticas Públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 25-47.

STEIL, Carlos Alberto. *O sertão das romarias*: um estudo antropológico sobre o Santuário do Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis: Vozes, 1996.

VANNUCCHI, Aldo. *Cultura brasileira*: o que é, como se faz. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1999.

VILARINO, Marcelo de Andrade. D'África ao Brasil: elementos hi[e]stóricos conformadores e estruturantes do congado belo-horizontino. In: PEREZ, Léa Freitas. et al. (Orgs.). *Variações sobre o Reinado*: um rosário de experiências em louvor a Maria. Porto Alegre: Medianiz, 2014. p. 83-100.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão*: o movimento folclórico brasileiro -1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Artigo recebido em: 28/08/2016

Artigo aprovado em: 05/12/2016